ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SIGILO: ( ) SIM (X) NÃO

UNIDADES ATENDIDAS PELO ESTUDO:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Sabe-se que o objetivo principal de qualquer gestão municipal, estadual, distrital e federal, liga-se a manutenção do interesse público em todos os âmbitos da vida do cidadão. Com isso, pode-se afirmar que a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE, PREVENÇÃO, ANÁLISE E SUPORTE EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FLORESTAL NO PERÍODO DE ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ,** abarca, mais do que nunca, o objetivo principal colecionado acima (manutenção do interesse público).

Frente a este cenário, é pertinente destacar, de forma categórica, além do que foi exposto acima, que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em sintonia com os mais justos anseios dos seus munícipes, vem esforçando-se com objetivo de dotar o seu município de eficientes elementos, em todos os âmbitos, que mostrem referenciais de desenvolvimento e, acima de tudo, faça valer o ideal de segurança, cuidado e compromisso com a população do Município de Ipixuna do Pará.

Sendo assim, em benefício da população, abarcando o interesse público em todas as suas formas de manifestação, o atendimento a necessidade se desenvolve, neste caso, pela aquisição de 1 (um) item especificado abaixo.

Tal objeto, em resumo, como destrinchado acima, é indispensável para garantir o pleno seguimento das exigências constitucionais pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A justificativa da necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de prevenção, análise e suporte em segurança contra incêndio florestal no Município de Ipixuna do Pará, encontra respaldo no dever constitucional da Administração Pública em zelar pela preservação do meio ambiente. Trata-se, de uma ação essencial para o cumprimento da missão institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, especialmente diante da realidade atual do município, que tem registrado

o aumento considerável de focos de incêndio em áreas de vegetação nativa, reservas legais, áreas de preservação permanente e zonas rurais. Esse cenário, se agrava durante os períodos de estiagem, quando os riscos de propagação do fogo se intensificam, exigindo resposta rápida e especializada por parte do poder público.

Considerando o aumento de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e altas temperaturas, os incêndios florestais têm causado impactos ambientais, econômicos e sociais significativos no território municipal. Dentre os principais danos, destacam-se a perda da biodiversidade, a emissão de gases de efeito estufa, a degradação do solo, os prejuízos à saúde pública, além de riscos diretos às populações rurais e tradicionais. Diante disso, torna-se urgente a adoção de medidas preventivas, corretivas e estruturadas, baseadas em critérios técnicos e operacionais sólidos. A ausência de ações eficazes e especializadas compromete a capacidade do município em agir de forma estratégica diante dessas ocorrências, ampliando os prejuízos e fragilizando a gestão ambiental.

A contratação proposta tem como objetivo viabilizar um conjunto de ações integradas, a serem desenvolvidas por empresa tecnicamente habilitada, com expertise comprovada em combate a incêndios. Entre as atividades previstas estão o mapeamento de áreas de risco, elaboração de planos preventivos, monitoramento remoto de focos de calor, instalação de aceiros, controle e orientação sobre queimadas, suporte técnico às comunidades rurais, além do atendimento emergencial a eventuais sinistros. Todas essas ações exigem domínio de métodos específicos, equipamentos apropriados e pessoal capacitado, o que justifica plenamente a necessidade de contar com prestador especializado.

A contratação em questão, está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas no Brasil. A seleção de empresa especializada garante o cumprimento das normas ambientais federais e estaduais, bem como das recomendações técnicas de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Corpo de Bombeiros Militar, a Defesa Civil e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. A contratação adequada evita improvisações em situações emergenciais, assegura maior eficácia nas ações e promove a melhor utilização dos recursos públicos, com base nos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

Ipixuna do Pará, é um município com ampla cobertura vegetal, áreas florestais sensíveis e regiões que integram ecossistemas relevantes para a fauna e a flora regionais. A falta de proteção a esses territórios pode gerar impactos irreversíveis, dificultando sua recuperação futura e comprometendo serviços ambientais essenciais, como a regulação climática, a manutenção de recursos hídricos e a proteção da biodiversidade. Diante disso, é fundamental estabelecer estratégias permanentes de prevenção e controle de incêndios, estruturadas de maneira contínua e planejada, o que somente é possível com a atuação técnica e operacional de uma empresa especializada no tema.

É importante ressaltar, que a prevenção de incêndios florestais não é apenas uma ação técnica, mas um imperativo legal e constitucional. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Assim, a atuação proativa na prevenção de incêndios se insere no rol das obrigações fundamentais da Administração Municipal, sendo medida inadiável para garantir a qualidade de vida da população, o equilíbrio ambiental e o cumprimento das diretrizes constitucionais.

Além disso, a contratação permitirá que o município promova a capacitação de agentes públicos, comunitários e lideranças locais, criando uma rede permanente de monitoramento, vigilância e resposta. Esse modelo de atuação, fortalece a cultura da prevenção e da educação ambiental, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de resposta em caso de ocorrências, minimizando danos e ampliando a eficiência da gestão ambiental municipal. A criação de brigadas municipais, a realização de campanhas educativas e o apoio técnico às comunidades mais vulneráveis se somam ao esforço institucional para consolidar uma política pública ambiental sólida e contínua.

Nesse contexto, a demanda em questão deve ser compreendida como parte integrante de uma política de prevenção e mitigação de desastres ambientais. A prestação de serviços por empresa especializada representa não apenas a adoção de uma medida técnica, mas sim a implementação de uma ação estratégica de proteção territorial, sustentabilidade ambiental e segurança comunitária. A omissão do Poder Público, diante deste tipo de problemática, compromete seriamente os esforços locais em prol do desenvolvimento sustentável, além de expor a população e o meio ambiente a riscos evitáveis.

A contratação, representa a solução mais vantajosa e adequada do ponto de vista técnico, jurídico e administrativo para enfrentar o problema identificado. Ressalta-se que a formalização do processo seguirá os trâmites legais estabelecidos, com a devida instrução técnica, análise de vantajosidade e observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. O processo licitatório garantirá que a empresa contratada atenda aos requisitos mínimos de capacitação técnica e idoneidade, assegurando a entrega de serviços de qualidade ao município.

Assim, contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de prevenção, análise e suporte em segurança contra incêndio florestal no Município de Ipixuna do Pará, é uma medida necessária, estratégica e urgente. Trata-se, de uma iniciativa que atende ao interesse público, promove a proteção ambiental, fortalece as políticas municipais de meio ambiente e contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável da cidade. O investimento em prevenção, é sempre mais eficaz e menos oneroso do que o enfrentamento dos danos gerados pelos incêndios, justificando, portanto, plenamente a presente demanda.

Portanto, destaca-se, mais do que nunca, que o interesse público será alcançado, visto que os meios, instrumentos e elementos, serão disponibilizados para que o tão essencial serviço público seja desenvolvido de forma eficiente, isonômica, célere, econômica, transparente, e, principalmente, que seja desenvolvido pautado nas premissas constitucionais e infraconstitucionais, especificamente, com observância dos direitos individuais e coletivos (direitos e garantias fundamentais), dos princípios fundamentais, dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dos direitos sociais, entre outros.

Sem mais considerações, passa-se aos requisitos da contratação.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

I - Trata-se de uma contratação, cujo serviço não será continuado, visto que existe data predeterminada para sua finalização, podendo ser contratado por meio de Pregão Eletrônico, de acordo com o art. 28, inciso I e art. 29 da Lei nº 14.133/21 e de acordo com o Decreto nº 12.343 de 30 de dezembro de 2024; além disso, pode-se utilizar o sistema registro de preço como procedimento auxiliar de contratação, de acordo com o art. 78, inciso IV e de acordo com o art. 82 da Lei nº 14.133/21; e, por fim, pode-se contratar por

meio de dispensa de licitação (sem ou com disputa), em razão do valor, de acordo com o Art. 75, inciso II, § 3º, da Lei nº 14.133/21 e de acordo com o Decreto nº 12.343 de 30 de dezembro de 2024;

II - O prazo do contrato, atenderá os preceitos explícitos no Título III, capítulo V da Lei nº 14.133/2021;

III - O contrato deverá conter as seguintes cláusulas:

a) Cláusula que estabeleça o objeto e seus elementos característicos;

b) Cláusula que estabeleça a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

c) Cláusula que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

d) Cláusula que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento;

e) Cláusula que estabeleça o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

f) Cláusula que estabeleça os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

g) Cláusula que estabeleça os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

h) Cláusula que estabeleça o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

i) Cláusula que estabeleça a matriz de risco, quando for o caso;

j) Cláusula que estabeleça o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

k) Cláusula que estabeleça o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

l) Cláusula que estabeleça as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

m) Cláusula que estabeleça o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

n) Cláusula que estabeleça os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

o) Cláusula que estabeleça as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

p) Cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

q) Cláusula que estabeleça a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

r) Cláusula que estabeleça o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

s) Cláusula referente aos casos de extinção do instrumento contratual; e

t) Cláusula referente ao foro da sede da administração pública para dirimir qualquer questão contratual, extrajudicial ou judicial.

IV - A empresa deve atender aos requisitos de habilitação proposto no Art. 62 da Lei nº 14.133 de 2021, são eles:

a) Habilitação Jurídica;

b) Habilitação técnica;

c) Habilitação fiscal, social e trabalhista; e

d) Habilitação econômico-financeira.

V - O atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser seguido em estrita consonância com a Lei nº 14.133 de 2021 e em estrita consonância com o instrumento convocatório;

VI - A Administração, poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, observada as hipóteses expostas na lei.

VII - As empresas deveram seguir estritamente todos os parâmetros do termo de referência e do instrumento convocatório;

VIII - A presente contratação, aplicará as diretrizes do Art. 4º da Lei nº 14.133 de 2021 e, principalmente, as diretrizes do Art. 42 a Art. 49 da Lei Complementar nº 123 de 2006 que

regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

IX - A matriz de risco, disciplinada no Art. 6º, inciso XXVII da Lei nº 14.133 de 2021, deverá ser aplicada.

Sem mais considerações, passa-se a estimativa de quantidade e memoriais de cálculo.

3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E MEMÓRIAIS DE CÁLCULO

A contratação, em apreço, abarcará as necessidades no município de Ipixuna do Pará. Sendo assim, vejamos a estimativa de quantidade e memoriais de cálculo do presente objeto.

1 - CINCO PROFISSIONIAS BOMBEIROS CIVIS / ESPECIFICAÇÃO: CINCO BOMBEIROS CIVIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE, PREVENÇÃO, ANÁLISE E SUPORTE EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FLORESTAL, DURANTE O PERIODO DE ESTIAGEM NO MUNICÍPIO / **Quantidade:** 3 / **Unidade de Medida:** MÊSES **/ Valor Unitário:** R$ 12.835,00 / **Nível de urgência:** Alto / **Valor Total:** R$ 38.505,00. **ITEM 1**

TOTALIZANDO R$ 38.505,00 (TRINTA E OITO MIL, QUINHENTOS E CINCO REAIS).

Sem mais considerações, passa-se ao levantamento de mercado e justificativa da escolha da solução a contratar.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR E DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS.

O levantamento de mercado foi caracterizado a partir das experiências positivas de contratações anteriores. Tais experiências, justificam, também, a escolha da solução a contratar. Além disso, a solução a ser contratada liga-se ao interesse público que deve ser atendido e que já foi positivado acima.

Sendo assim, a solução em cheque está diretamente ligada a necessidade desenvolvida pela população do Município de Ipixuna do Pará. Outra solução, portanto, não se encaixaria às especificidades do objeto.

Em outro horizonte, observa-se a existência da possibilidade de impactos ambientais, mas existem, de pronto, medidas mitigadoras, são elas: I - Sanções em caso de crimes ambientais de acordo com o Código Penal Brasileiro, de acordo com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e de acordo com os regulamentos municipais sobre o tema.

Sem mais considerações, passa-se as estimativas de preços ou preços referenciais.

5. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

As estimativas de preços ou os preços referenciais, foram desenvolvidos por meio da pesquisa de preço especializada e desenvolvida a partir do banco de dados/preços disponibilizados pela plataforma M2A utilizada pelo Município de Ipixuna do Pará. Vale dizer, que a plataforma M2A vincula todas as possibilidades abarcadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Sendo assim, os parâmetros utilizados foram: **inciso I -** composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; e **inciso II -** contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

Diante disso, é importante destacar que o valor estimado alcançado por meio da pesquisa especializada é de **TOTALIZANDO R$ 38.505,00 (TRINTA E OITO MIL, QUINHENTOS E CINCO REAIS).**

Sem mais considerações, passa-se a descrição da solução com um todo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo, se liga a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE, PREVENÇÃO, ANÁLISE E SUPORTE EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FLORESTAL NO PERÍODO DE ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ**.

Já a descrição da solução como um todo, se desenvolve quando compreendemos que: I - A justificativa da necessidade de contratação de empresa especializada na

prestação de serviços de prevenção, análise e suporte em segurança contra incêndio florestal no Município de Ipixuna do Pará, encontra respaldo no dever constitucional da Administração Pública em zelar pela preservação do meio ambiente. Trata-se, de uma ação essencial para o cumprimento da missão institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, especialmente diante da realidade atual do município, que tem registrado o aumento considerável de focos de incêndio em áreas de vegetação nativa, reservas legais, áreas de preservação permanente e zonas rurais. Esse cenário, se agrava durante os períodos de estiagem, quando os riscos de propagação do fogo se intensificam, exigindo resposta rápida e especializada por parte do poder público; II - Considerando o aumento de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e altas temperaturas, os incêndios florestais têm causado impactos ambientais, econômicos e sociais significativos no território municipal. Dentre os principais danos, destacam-se a perda da biodiversidade, a emissão de gases de efeito estufa, a degradação do solo, os prejuízos à saúde pública, além de riscos diretos às populações rurais e tradicionais. Diante disso, torna-se urgente a adoção de medidas preventivas, corretivas e estruturadas, baseadas em critérios técnicos e operacionais sólidos. A ausência de ações eficazes e especializadas compromete a capacidade do município em agir de forma estratégica diante dessas ocorrências, ampliando os prejuízos e fragilizando a gestão ambiental; III - A contratação proposta tem como objetivo viabilizar um conjunto de ações integradas, a serem desenvolvidas por empresa tecnicamente habilitada, com expertise comprovada em combate a incêndios. Entre as atividades previstas estão o mapeamento de áreas de risco, elaboração de planos preventivos, monitoramento remoto de focos de calor, instalação de aceiros, controle e orientação sobre queimadas, suporte técnico às comunidades rurais, além do atendimento emergencial a eventuais sinistros. Todas essas ações exigem domínio de métodos específicos, equipamentos apropriados e pessoal capacitado, o que justifica plenamente a necessidade de contar com prestador especializado; IV - A contratação em questão, está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas no Brasil. A seleção de empresa especializada garante o cumprimento das normas ambientais federais e estaduais, bem como das recomendações técnicas de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Corpo de Bombeiros Militar, a Defesa Civil e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. A

contratação adequada evita improvisações em situações emergenciais, assegura maior eficácia nas ações e promove a melhor utilização dos recursos públicos, com base nos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público; V - Ipixuna do Pará, é um município com ampla cobertura vegetal, áreas florestais sensíveis e regiões que integram ecossistemas relevantes para a fauna e a flora regionais. A falta de proteção a esses territórios pode gerar impactos irreversíveis, dificultando sua recuperação futura e comprometendo serviços ambientais essenciais, como a regulação climática, a manutenção de recursos hídricos e a proteção da biodiversidade. Diante disso, é fundamental estabelecer estratégias permanentes de prevenção e controle de incêndios, estruturadas de maneira contínua e planejada, o que somente é possível com a atuação técnica e operacional de uma empresa especializada no tema; VI - É importante ressaltar, que a prevenção de incêndios florestais não é apenas uma ação técnica, mas um imperativo legal e constitucional. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Assim, a atuação proativa na prevenção de incêndios se insere no rol das obrigações fundamentais da Administração Municipal, sendo medida inadiável para garantir a qualidade de vida da população, o equilíbrio ambiental e o cumprimento das diretrizes constitucionais; VII - Além disso, a contratação permitirá que o município promova a capacitação de agentes públicos, comunitários e lideranças locais, criando uma rede permanente de monitoramento, vigilância e resposta. Esse modelo de atuação, fortalece a cultura da prevenção e da educação ambiental, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de resposta em caso de ocorrências, minimizando danos e ampliando a eficiência da gestão ambiental municipal. A criação de brigadas municipais, a realização de campanhas educativas e o apoio técnico às comunidades mais vulneráveis se somam ao esforço institucional para consolidar uma política pública ambiental sólida e contínua; VIII - Nesse contexto, a demanda em questão deve ser compreendida como parte integrante de uma política de prevenção e mitigação de desastres ambientais. A prestação de serviços por empresa especializada representa não apenas a adoção de uma medida técnica, mas sim a implementação de uma ação estratégica de proteção territorial, sustentabilidade ambiental e segurança comunitária. A omissão do Poder Público, diante deste tipo de problemática, compromete seriamente os esforços locais em prol do desenvolvimento sustentável, além

de expor a população e o meio ambiente a riscos evitáveis; IX - A contratação, representa a solução mais vantajosa e adequada do ponto de vista técnico, jurídico e administrativo para enfrentar o problema identificado. Ressalta-se que a formalização do processo seguirá os trâmites legais estabelecidos, com a devida instrução técnica, análise de vantajosidade e observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. O processo licitatório garantirá que a empresa contratada atenda aos requisitos mínimos de capacitação técnica e idoneidade, assegurando a entrega de serviços de qualidade ao município; X - Assim, contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de prevenção, análise e suporte em segurança contra incêndio florestal no Município de Ipixuna do Pará, é uma medida necessária, estratégica e urgente. Trata-se, de uma iniciativa que atende ao interesse público, promove a proteção ambiental, fortalece as políticas municipais de meio ambiente e contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável da cidade. O investimento em prevenção, é sempre mais eficaz e menos oneroso do que o enfrentamento dos danos gerados pelos incêndios, justificando, portanto, plenamente a presente demanda.

Sendo assim, para que a solução seja consolidada de forma proficiente, a empresa deverá seguir todos os termos positivados no termo de referência e no edital.

Por fim, como instrumento de apoio, ressalta-se que a modalidade utilizada pode ser o Pregão Eletrônico, de acordo com o art. 28, inciso I e art. 29 da Lei nº 14.133/21 e de acordo com o Decreto nº 12.343 de 30 de dezembro de 2024; além disso, pode-se utilizar o sistema registro de preço como procedimento auxiliar de contratação, de acordo com o art. 78, inciso IV e de acordo com o art. 82 da Lei nº 14.133/21; e, por fim, pode-se contratar por meio de dispensa de licitação (sem disputa), em razão do valor, de acordo com o Art. 75, inciso II, § 3º, da Lei nº 14.133/21 e de acordo com o Decreto nº 12.343 de 30 de dezembro de 2024;

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução será em itens, assim ficará:

1 - CINCO PROFISSIONIAS BOMBEIROS CIVIS / ESPECIFICAÇÃO: CINCO BOMBEIROS CIVIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE, PREVENÇÃO, ANÁLISE E SUPORTE EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FLORESTAL, DURANTE O PERIODO DE ESTIAGEM NO MUNICÍPIO / **Quantidade:** 3 / **Unidade de Medida:** MÊSES **/ Valor Unitário:** R$ 12.835,00 / **Nível de urgência:** Alto / **Valor Total:** R$ 38.505,00. **ITEM 1**

TOTALIZANDO R$ 38.505,00 (TRINTA E OITO MIL, QUINHENTOS E CINCO REAIS).

O parcelamento da solução, justifica-se, frente as diferentes especificações. Veja, que cada item possui uma especificação. Será inviável não parcelar a solução, por isso, a exigência do mesmo. Sendo assim, portanto, teremos 1 (um) item a ser arrematado.

Passa-se ao demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

Trouxemos à baila, de forma categórica, solução que de pronto mostra-se econômica, célere, legal, razoável, eficiente, segura juridicamente, moral a partir da perspectiva legal tanto constitucional como infraconstitucional.

Seus moldes atendem ao interesse público, suprem as necessidades da população de Ipixuna do Pará e, principalmente, dão segurança aos munícipes.

Sem mais considerações, passa-se as providências para adequação ao ambiente do órgão.

9. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se identificou necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

Sem mais considerações, passa-se as contratações correlatas ou interdependentes.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

A solução encontrada, não possui correlação ou interdependência com qualquer outra contratação.

Sem mais considerações, passa-se a declaração de viabilidade ou não da solução.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO

Declaramos, para os devidos fins legais, que a solução se mostra viável em todas as suas circunstâncias e âmbitos.

Sem mais considerações e moldados pelo ordenamento jurídico brasileiro, concluiu-se tal estudo técnico preliminar no **dia 07 de outubro de 2026.**

ELIANE CORREA DA SILVA SOARES:70320500268

Assinado de forma digital por ELIANE CORREA DA SILVA SOARES:70320500268
Dados: 2026.10.07 16:39:49 -03'00'

RESPONSÁVEL / SETOR DE PLANEJAMENTO
Eliane Correa da Silva Soares
CPF nº 703.205.002-68

WILLIAM SILVA MOURA JUNIOR:04362344241

Assinado de forma digital por WILLIAM SILVA MOURA JUNIOR:04362344241
Dados: 2026.10.07 16:40:01 -03'00'

RESPONSÁVEL / SETOR DE PLANEJAMENTO
William Silva Moura Junior
CPF nº 043.623.442-41

RESPONSÁVEL / SETOR DE PLANEJAMENTO
Diego Lopes da Silva (Licença Prêmio - Portaria nº 1.513/2026 - GS)
CPF nº 871.508.242-34

PATRICIA DI PAULA SANTOS BAIA:71186875291

Assinado de forma digital por PATRICIA DI PAULA SANTOS BAIA:71186875291
Dados: 2026.10.07 12:41:31 -03'00'

AUTORIDADE COMPETENTE

MAPA DE RISCO E MATRIZ DE RISCO

O presente mapa de risco, encontra fundamento legal na exegese do Art. 18, inciso X da Lei nº 14.133 de 2021, diz

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> [...]
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;(LEI Nº 14.133 DE 2021)

Veja! Precisamos compreender que mapa de risco não é a matriz de risco positivado no Art. 6º, inciso XXVII da Lei nº 14.133 de 2021.

Sendo assim, passa-se ao mapa de risco:

MAPA DE RISCO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE, PREVENÇÃO, ANÁLISE E SUPORTE EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FLORESTAL NO PERÍODO DE ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ.	
EVENTOS DE RISCOS	**NÍVEL DE RISCO**
I - Ausência de Justificativa da Contratação; Falha na elaboração do documento de Formalização da Demanda pelo setor requisitante; e Dificuldade de planejamento da contratação pela Unidade Gestora, devido a ausência de informações necessárias.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
II - Extrapolamento dos prazos internos para finalização do Estudo Preliminar; Ausência de procedimento interno para elaboração de Estudos Preliminares; e Atraso na finalização do Projeto Básico / Termo de Referência e, consequentemente, atraso no processo licitatório.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**

III - Elaboração de Estudo Preliminar insuficiente para a contratação; Falta de capacitação da equipe de Planejamento da Contratação nos requisitos legais aplicáveis; e Contratação de serviços com falhas de especificação e necessidade de aditivo contratual.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
IV - Ausência de passagem de conhecimento entre a equipe de planejamento da contratação e a equipe de gestão e fiscalização do contrato; Equipe indicada para fiscalização do serviço não contém nenhum colaborador da Equipe de Planejamento da Contratação e ausência de sistemática interna definida para passagem de serviços entre equipes; e Ausência de execução de todo ou parte do que foi definido no planejamento da contratação.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
V - Análise de custo orçamentário de contratação deficiente para o serviço em questão; Falha da equipe técnica responsável pelo levantamento dos quantitativos, composições de custo dos serviços e revisão final; Falta de Procedimento Operacional que padronize o processo de pesquisa de preços de projetos; Aditivos Contratuais; e Impugnação do edital por inexequibilidade orçamentária, Licitação com itens desertos.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
VI - Falha na compreensão das especificações pelo fornecedor; As especificações de contratação do serviço não estão claras ou apresentam ausência de requisitos legais necessários ao entendimento do Objeto; e Possibilidade de interrupção do processo licitatório; e problemas técnicos na fase de fiscalização de contrato.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
VII - Ausência de Empresas interessadas em participar do processo de licitação (deserta); Plano de contratação com requisitos orçamentários insuficientes, levando a subprecificação; e Subpreço dos serviços, ocasionando licitação deserta ou fracassada.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
VIII - Seleção de fornecedor incapaz de executar o contrato; Ausência de previsão	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )**

da solicitação de Atestado de Capacidade Técnica que indique que a Contratada prestou serviços com mesma natureza e características ou outras exigências previstas em Lei Especial; e não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em contrato.	**BAIXO (x)**
IX - Restrição à competitividade; Análise de contratação com adoção de excessivas cláusulas técnicas restritivas; e Impugnação e Suspensão da licitação, Licitação deserta ou fracassada; ou possibilidade de elevação dos preços contratados.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
X - Contratação de obra e serviços com fornecimento de projeto executivo; Custo do contrato subestimado pela ausência de projeto executivo; Atraso para EP início os serviços de reforma; aditivo de preço/valor do contrato; e Aditivo de prazo do contrato.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
XI - Atrasos nos pagamentos das medições, acima dos prazos legais definidos por Lei, ocasionando o retardo na continuidade dos serviços de reforma contratados; Ausência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das etapas a serem executadas no exercício financeiro em curso; e Interrupção da execução contratual, e retardo na prestação dos serviços.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
XII - Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos; Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais; e Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
XIII - Fiscalização ineficiente do contrato; Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato; e Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
XIV - Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto; estimativa insuficiente das fases do cronograma físico financeiro; e Necessidade de aditivo contratual de prazo	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**

e atraso na entrega dos serviços programados.	
XV - Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços; Metodologia de avaliação e quantificação é subjetiva ou não proporciona mecanismo para quantificar a demanda; e Paralisação da execução contratual, ou pagamento de serviços não completos.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
XVI - A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato; Desequilíbrio financeiro relacionado a gestão interna da Contratada; Desequilíbrio financeiro relacionado a atrasos de pagamentos das medições pela Universidade; Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços; e Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
XVII - Dificuldade de Acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços; Limitação da disponibilidade de veículos para a locomoção, devido a restrições sanitárias; e Paralisação da obra e Impossibilidade de medição de serviços;	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
XVIII - O Fornecedor é incapaz de executar o contrato; Não possui responsável legalmente habilitado na empresa; A planilha de contratação não indicou a necessidade de alocação de Responsável Técnico para a obra em questão; Não emissão da Ordem de Início dos serviços; Ausência de emissão da ART ou RRT; e Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**

Passa-se a matriz de risco.

A presente matriz de risco, encontra fundamento legal na exegese do Art 6º, inciso XXVII da Lei nº 14.133 de 2021. Diz

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus

financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia; (LEI Nº 14.133 DE 2021)

Sendo assim, vejamos.

MATRIZ DE RISCO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE, PREVENÇÃO, ANÁLISE E SUPORTE EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FLORESTAL NO PERÍODO DE ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ.	
EVENTOS DE RISCOS	**NÍVEL DE RISCO**
I - Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação de processos de contratação de serviços técnicos.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
II - Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte de gestores e operadores de processos de contratação de serviços técnicos.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
III - Evento deve ocorrer em algum momento, é esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido em contratação de serviços técnicos.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
IV - Evento que provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte de gestores e operadores de processos de	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**

contratação de serviços técnicos.	
V - Evento se reproduz seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidentes mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação de serviços técnicos.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
VI - Evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar o impacto sobre a contratação do serviço.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
VII - Evento significativo que pode ser gerenciado em circunstâncias normais, mas determina ações de caráter corretivo. Prejudica o alcance dos objetivos.	**ALTO ( )** **MÉDIO (x)** **BAIXO ( )**
VIII - Evento crítico, mas que com a devida gestão pode ser suportado.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**
IX - Evento com potencial para levar o serviço de contatação ao colapso, determinando a interrupção do processo.	**ALTO ( )** **MÉDIO ( )** **BAIXO (x)**

Por fim, destaca-se as categorias de riscos, são elas: I - Operacional; II - Orçamentário; III - Legal; e IV - Imagem;

O risco operacional, é o evento que pode comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

O Orçamentário, é o evento que pode comprometer a capacidade do órgão de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização do processo licitatório e, consequentemente, atrasos nas contratações de serviços técnicos.

O legal, é o evento derivado de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades.

E, por último, o risco de imagem é o que pode comprometer a confiança da sociedade (parceiros, clientes, etc), na instituição.

Sem mais considerações, concluiu-se tal mapa de risco no **dia 07 de outubro de 2026.**

ELIANE CORREA DA SILVA SOARES:70320500268
Assinado de forma digital por ELIANE CORREA DA SILVA SOARES:70320500268
Dados: 2026.10.07 16:41:01 -03'00'

RESPONSÁVEL / SETOR DE PLANEJAMENTO
Eliane Correa da Silva Soares
CPF nº 703.205.002-68

WILLIAM SILVA MOURA JUNIOR:04362344241
Assinado de forma digital por WILLIAM SILVA MOURA JUNIOR:04362344241
Dados: 2026.10.07 16:41:12 -03'00'

RESPONSÁVEL / SETOR DE PLANEJAMENTO
William Silva Moura Junior
CPF nº 043.623.442-41

RESPONSÁVEL / SETOR DE PLANEJAMENTO
Diego Lopes da Silva (Licença Prêmio - Portaria nº 1.513/2026 - GS)
CPF nº 871.508.242-34

PATRICIA DI PAULA SANTOS BAIA:71186875291
Assinado de forma digital por PATRICIA DI PAULA SANTOS BAIA:71186875291
Dados: 2026.10.07 12:41:52 -03'00'

AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO
0034
ASSINADO ELETRONICAMENTE

PORTARIA Nº 1513/2026 – GS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – IPIXUNA DO PARÁ, ESTADO DO PARÁ, Senhor **CARMINE LOURENÇO DEL GAIZO NETTO** no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Portaria de Nomeação nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025.

Resolve:

I. Conceder ao(a) servidor(a) **DIEGO LOPES DA SILVA,** CPF Nº **871.508.242-34, TECNICO EM INFORMÁTICA** lotado(a) na **SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO,** 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a que tem direito, nos termos da Legislação vigente, a ser gozada no período de **01 de outubro a 30 dezembro de 2026**, referente ao período aquisitivo **2021/2026**.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Ipixuna do Pará, 08 de setembro de 2026.

CARMINE LOURENÇO DEL GAIZO NETTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Portaria nº 001/2025